



A agricultura na Região do Grande ABC Paulista: análises e reflexões iniciais

COTTING, André Luiz Martins¹; CAMARGO, Clara Ribeiro²; OLIVEIRA, Gabriela Guimarães Gouvêa de³; MAIA, Roberta de Assis⁴; TRAVASSOS, Luciana Rodrigues Fagnoni da Costa⁵

¹ UFABC, andre.cotting@aluno.ufabc.edu.br; ² UFABC, clara.ribeiro@ufabc.edu.br; ³ UFABC, gabriela.gouvea@aluno.ufabc.edu.br; ⁴ UFABC, roberta.maia@ufabc.edu.br; ⁵ UFABC, luciana.travassos@ufabc.edu.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Agriculturas Urbanas

Resumo: A Região do Grande ABC Paulista acumula reconhecida experiência na concretização de políticas públicas associadas à produção do espaço urbano. Apesar da predominância da escala urbana para o planejamento territorial regional, a ocupação do solo no Grande ABC é majoritariamente associada a outros usos, como a produção de água. A elaboração do presente resumo fundamentou-se na revisão bibliográfica, na análise de dados secundários, na produção do Núcleo de Estudos em Agroecologia da Universidade Federal do ABC e em suas articulações com movimentos sociais e gestão pública. Os resultados demonstram congruências e especificidades em relação à totalidade da agricultura familiar brasileira. Também indicam baixo grau de pluriatividade e de produção orgânica na região. A proteção ambiental do território em questão prescinde de usos sustentáveis e da transição para práticas compatíveis com sua relevância ambiental, como a agroecologia.

Palavras-chave: agriculturas urbanas; segurança alimentar; proteção ambiental; diagnóstico.

Introdução

A Região do Grande ABC Paulista (formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) acumula reconhecida experiência na concretização de políticas públicas associadas à produção do espaço urbano. A origem da urbanização na região remete ao período colonial, quando a “Borda do Campo” era o interposto entre o litoral e o Planalto Atlântico. As primeiras indústrias na região surgiram devido à implantação de ferrovias conectando as lavouras de café no interior de São Paulo ao Porto de Santos. Outros vetores de indústrias foram a geração de energia elétrica por meio do represamento de rios e as políticas de incentivos fiscais. Mas é a partir do advento do segmento automobilístico que o Grande ABC Paulista se sobressai na indústria nacional e se afirma como região (KLINK, 2016).

A concentração industrial atraiu trabalhadores de todo o Brasil para o ABC. A provisão de infraestrutura urbana para assentamentos precários começou a ser pautada na política pública dos municípios do ABC nos anos 60 (Ibid). A redemocratização nos anos 80 deu maior importância à urbanização de



assentamentos precários na região (BONDUKI, 2014). A autonomia municipal conferida pela Constituição Federal de 1988 e o alinhamento político dos municípios condicionaram a criação do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e da Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC. Ambos os arranjos acumulam experiências bem-sucedidas de cooperação regional, particularmente nas áreas de desenvolvimento econômico e mobilidade urbana (NOGUEIRA et al., 2014).

A despeito da predominância da escala urbana para o planejamento territorial regional, a ocupação do solo no Grande ABC é majoritariamente associada a outros usos. As áreas de proteção ambiental delimitadas nos macrozoneamentos municipais correspondem a 73% do território regional. Incidem nessa área atividades relacionadas às novas ruralidades (SILVA, 1997): sítios de lazer, casas e clubes de campo, pesqueiros, turismo ecológico, além de restaurantes, hotéis e pousadas que exploram as amenidades ambientais locais como atrativos (KLINK, 2016). Nos últimos anos, espaços ociosos sob linhas de transmissão de energia elétrica e sobre dutos de combustíveis têm sido concedidos pelas empresas que operam tais serviços, para criação de hortas urbanas via contrato de comodato (DEL PRETE, 2018; SOUZA, 2021).

Diante da diversidade de usos e ocupação do solo na região, surgiu a proposta de criar um Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) na Universidade Federal do ABC (UFABC), a fim de identificar e articular atores e interlocutores com experiências ligadas a agroecologia e economia solidária, construir conhecimentos agroecológicos e disseminar tecnologias socioecológicas. O primeiro projeto do NEA-UFABC promoveu atividades de ensino, pesquisa e extensão entre 2018 e 2021, junto a agricultores, comunidade acadêmica, gestores públicos e movimentos sociais (MAIA; FREITAS, 2018; MARQUES et al., 2020). A partir dessa experiência, identificou-se a demanda por um diagnóstico da agricultura na Região do Grande ABC Paulista, com o objetivo de identificar perspectivas de transição agroecológica. Este resumo é um desdobramento do início do diagnóstico e pretende contextualizar a agricultura na região. Optou-se pelo eixo temático de Agriculturas Urbanas devido à inserção do território de estudo na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Metodologia

A elaboração do presente resumo fundamentou-se na revisão da literatura acerca da Agricultura Urbana e Periurbana, de trabalhos desenvolvidos pela UFABC na Região do Grande ABC; na análise do Censo Agropecuário de 2017, do Cadastro Ambiental Rural (CAR), dos planos diretores municipais; em articulações com movimentos sociais e gestores públicos dos municípios de Diadema e Santo André e também do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.

A revisão da literatura consistiu na busca por artigos e trabalhos científicos nas seguintes bases de dados: Scielo, Portal Capes, Teses USP e Sophia UFABC, a partir dos descritores “agricultura AND ABC paulista”. Foram encontrados três trabalhos sobre a agricultura na região nesses repositórios. Também foram



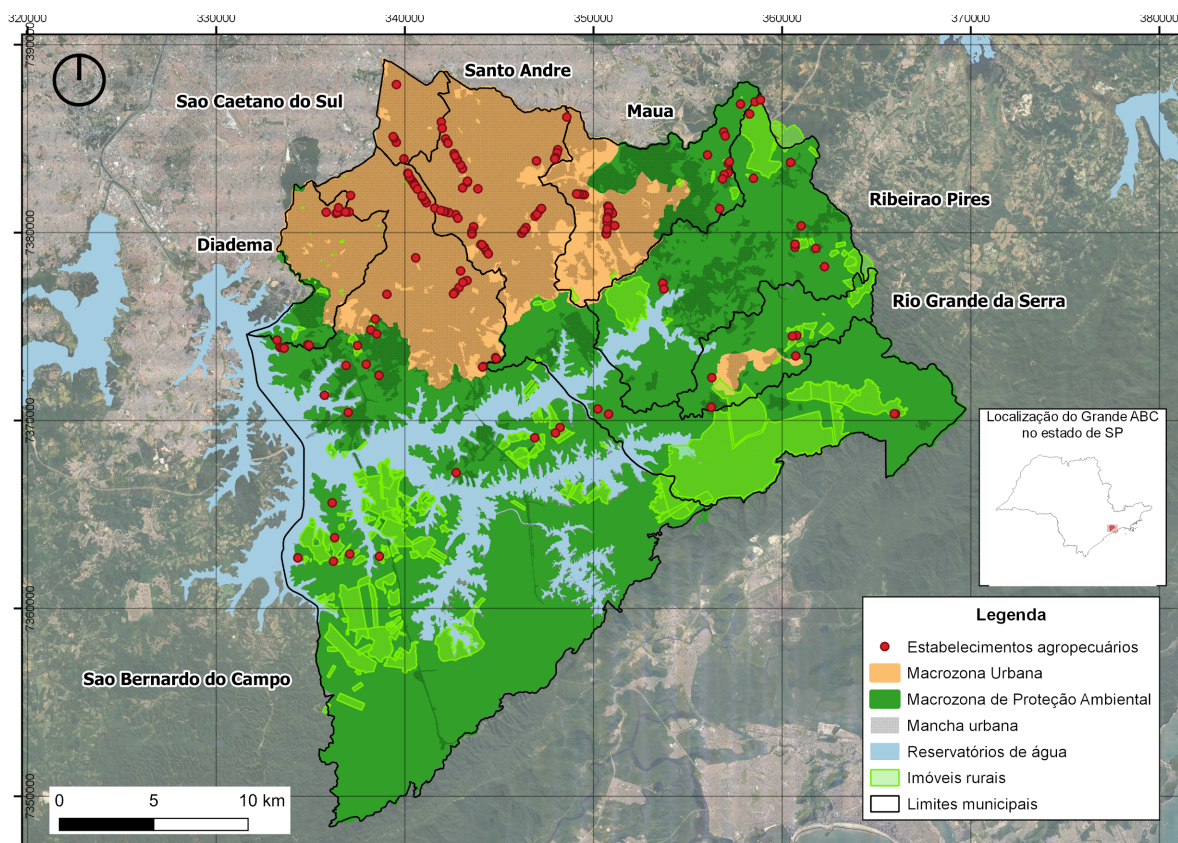
consultados trabalhos desenvolvidos por discentes da UFABC, o diagnóstico do Plano Diretor Regional do Grande ABC e resultados do primeiro projeto do NEA-UFABC.

Resultados e Discussão

As referências encontradas sobre agricultura no Grande ABC Paulista analisam mais a agricultura intraurbana do que a agricultura periurbana. O cruzamento entre os dados espaciais do Censo Agropecuário e do CAR identificou que 16 dos 189 estabelecimentos agropecuários estão em imóveis rurais (8,5%). As áreas de proteção ambiental circunscrevem mananciais que correspondem a 56,4% do território regional. A região é produtora de água para abastecimento público e de outros serviços ecossistêmicos. Territórios que conciliam proteção ambiental por meio de usos sustentáveis, produção de água e outros serviços ecossistêmicos se inserem no paradigma do novo rural (TRAVASSOS; FERREIRA, 2016). O Mapa 1 representa a localização dos estabelecimentos agropecuários, em meio a macrozoneamentos municipais, mancha urbana, imóveis rurais e reservatórios de água.

A ocupação em regime de comodato ocorre em 127 dos 189 estabelecimentos (67,2%). 84,7% dos estabelecimentos são de agricultura familiar. Destes, 24,4% são também local de moradia das pessoas dirigentes, contrastando com a totalidade da agricultura familiar no Brasil, em que 77,2% das pessoas dirigentes vivem no local de produção. 83,1% dos estabelecimentos na região são dirigidos por homens e 2/3 do total são dirigidos por pessoas com 55 anos de idade ou mais. Somente 7,4% dos estabelecimentos são assistidos tecnicamente (IBGE, 2017). Os dados demonstram algumas congruências com a totalidade da agricultura familiar brasileira, como a predominância de homens e de pessoas de faixas etárias mais elevadas à frente dos estabelecimentos, bem como a baixa cobertura de assistência técnica. Por outro lado, nota-se algumas especificidades regionais, como a predominância do comodato e de estabelecimentos que não são locais de moradia.

Os principais cultivos praticados são horticultura e floricultura (82% dos estabelecimentos), pois são viáveis em áreas pequenas - 81% dos estabelecimentos estão em áreas de até 1 hectare (Ibid) - e permitidos nas linhas de transmissão de energia elétrica (DEL PRETE, 2018; SOUZA, 2021). Outras atividades econômicas além da produção agropecuária pouco contribuem para as receitas dos estabelecimentos (4,4% do valor anual) (IBGE, 2017). Dado que são poucos os estabelecimentos agropecuários inseridos em imóveis rurais, formula-se a hipótese de que também são poucos os estabelecimentos agropecuários que desenvolvem as atividades relacionadas às novas ruralidades encontradas na região, o que indica baixo grau de pluriatividade.



Mapa 1: Estabelecimentos agropecuários e dinâmicas territoriais. Elaboração: NEA-UFABC. Fonte: IBGE (2017), MMA (2023) e KLINK (2016).

Apenas 4 empresas processadoras de alimentos constam no Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos, um sistema que reúne produtores e comerciantes com certificação orgânica via auditoria ou Sistema Participativo de Garantia (SPG) ou ainda Organização de Controle Social (MAPA, 2017). O baixo número de empresas certificadas na região suscita hipóteses de que as condições de produção requeridas ou que o valor da certificação dificulta sua obtenção, ou ainda que consumidores não demandam esse mecanismo de avaliação da conformidade orgânica. Por outro lado, o acesso à certificação poderia ampliar as vendas e garantir maior renda para as pessoas produtoras.

Abordar a agricultura em regiões metropolitanas demanda planejar o território integralmente (KLINK, 2016; TRAVASSOS; FERREIRA, 2016). Conciliar proteção ambiental com atividades econômicas sustentáveis, como a produção agroecológica, é uma estratégia para consolidar cidades sustentáveis, sobretudo em contexto de mudanças climáticas. O Plano Diretor Estratégico de São Paulo (município limítrofe à Região do Grande ABC Paulista) de 2014 é um exemplo nesse sentido. O instrumento designou 420 km² do território municipal - 28% da área do município, onde vivem mais de 40 mil pessoas (PMSP, 2019) - como zona rural multifuncional, prevendo usos como beneficiamento da produção agrícola,



contenção da mancha urbana e conservação de serviços ecossistêmicos, especialmente a produção de água (SÃO PAULO, 2014).

Conclusões

Foram encontradas poucas referências na literatura sobre agricultura na Região do Grande ABC Paulista, tampouco sobre agroecologia. Entretanto, nos últimos anos, têm surgido políticas públicas de segurança alimentar em âmbito municipal (SOUZA, 2021) e espaços de produção de alimentos ainda não identificados nos levantamentos oficiais. A necessidade de consumir alimentos em circuitos curtos e produzidos com técnicas sustentáveis, acentuadas pelas implicações da pandemia de COVID-19 e pelas mudanças climáticas, têm demandado maior conhecimento sobre a agricultura praticada na região, tanto por parte da governança pública como da sociedade civil. As especificidades da agricultura praticada na região reforçam a importância desse diagnóstico. As hipóteses formuladas neste trabalho serão verificadas à medida que avançar o diagnóstico. Em que pese as indagações, a proteção ambiental do território em questão prescinde de usos sustentáveis e da transição para práticas compatíveis com sua relevância ambiental, como a agroecologia.

Referências bibliográficas

BONDUKI, N. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**: volume 1. São Paulo: Editora Unesp - Edições Sesc São Paulo, 2014.

CADASTRO NACIONAL DE PRODUTORES ORGÂNICOS. Brasília: Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), 2017. Disponível em: [**CENSO AGROPECUÁRIO 2017**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\), 2017. Disponível em: \[DEL PRETE, V. M. **Agricultura Urbana e Periurbana: As Hortas da Avenida Vivaldi**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso \\(Bacharelado em Planejamento Territorial\\) - Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2018.\]\(https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos. Acesso em: 12 jul. 2023.</p></div><div data-bbox=\)](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos#:~:text=Aqui%20voc%C3%AA%20encontra%20a%20rela%C3%A7%C3%A3o%20de%20Produtores%20Org%C3%A2nicos,social%2C%20que%20comercializam%20seus%20produtos%20diretamente%20ao%20consumidor. Acesso em: 12 jul. 2023.</p></div><div data-bbox=)

KLINK, J. (COORD). **Pesquisa para apoiar a discussão e elaboração do Plano Diretor Regional do Grande ABC – SP**. Relatório 02 – Diagnóstico. São Bernardo do Campo: UFABC, Consórcio Intermunicipal Grande ABC, 2016.



MAIA, R. A.; FREITAS, S. R. **Website NEA-UFABC**. 2018. Tema: Agroecologia. (Site). Disponível em: <https://neaufabc.wixsite.com/agroecologia>. Acesso em: 11 jul. 2023.

MARQUES, L. M.; MAIA, R. A.; FREITAS, S. R. **Canal Youtube NEA-UFABC**. 2020; Tema: Agroecologia. Ativação do canal Youtube do NEA-UFABC. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCWSfnOiFMA7y5mcxO7JyTkg>. Acesso em: 11 de jul. 2023.

NOGUEIRA, F. R.; OLIVEIRA, V. E.; CANIL, K. Políticas Públicas Regionais para Gestão de Riscos: O processo de implementação no ABC, SP. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n. 4, p. 177-194, 2014.

SAMPA MAIS RURAL. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), 2019. Disponível em: <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/dados>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SÃO PAULO. **Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014**. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. São Paulo: Câmara Municipal, [2014]. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SILVA, J. G. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia**, 7(1):43-81. Belo Horizonte: maio de 1997.

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL. Volume 3.0.0, versão 1.0. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). 2023. Disponível em: <https://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SOUZA, L. S. **Agricultura Urbana e Periurbana: estudo de caso em Diadema (SP)**. 2021. Relatório de Iniciação Científica - Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2021.

TRAVASSOS, L. F. R. C. FERREIRA, R. C. **O periurbano e o rural metropolitanos: desafios para a elaboração do Plano Diretor Regional do Grande ABC**. Congresso Internacional de Gestão Territorial para o Desenvolvimento Rural: Brasília, 2016.